

PERÍODO POPULAR DA HISTÓRIA: A RELEVÂNCIA DAS REDES SOCIAIS E DOS LUGARES

Reinaldo Santos Andrade¹
Maria Conceição Borges Andrade²

RESUMO: Neste artigo, empreende-se uma reflexão sobre como, na atual transição entre os períodos “técnico-científico-informacional” – caracterizado pelas redes técnicas e telemáticas que, enquanto formas-conteúdo adaptadas ao capitalismo globalizado, melhoram a interatividade comunicacional implementada pelos avanços tecnológicos que desmaterializam a produção, virtualizando os espaços e alterando culturas e comportamentos – e o “Popular da História”. Com a emergência do novo período, as redes sociais crescem em relevância e o lugar – o espaço “vivido” marcado pelos contatos face-a-face e co-presença – é a arena do embate, já iniciado, entre as forças populares contra a perversidade inerente à globalização.

PALAVRAS-CHAVE: período popular, redes sociais; lugar; co-presença, contato face-a-face.

1. INTRODUÇÃO

O Universo é, segundo Milton Santos (1985, 1996, 2003), um todo estruturado, um conjunto absoluto formado por todas as suas partes, todas as coisas (a natureza) e todos os homens (a comunidade humana), que, interagindo em sua integridade, em seu movimento, em sua realidade, constituem a totalidade concreta complexificada pelo processo histórico. Essa totalidade é dotada de leis e estruturas internas que organizam as coisas segundo uma ordem própria que manifesta a sua energia expressando o movimento da universalidade à singularidade, através do *processo*, instrumento e vetor de tal metamorfose, cuja evanescência e efemeridade caracterizam o breve momento necessário para a realização e objetivação de uma parcela da sua *estrutura*, espacializada através da *função* que, por sua vez, tem sua permanência reforçada ou rejeitada pela *forma*.

O espaço é um sistema definido pela interação das estruturas econômicas, geográficas e sócio-políticas. Sua estrutura é configurada pela ação das empresas, das estruturas do Estado e da produção e distribuição dos recursos disponíveis às diferentes classes sociais.

Resultado da imbricação de um sistema de objetos geografizados e de um sistema de ações, o espaço geográfico é constituído por subespaços resultantes das interações entre fixos e fluxos. Os primeiros são constituídos por objetos (naturais ou sociais), instrumentos de trabalho e fatores produtivos localizados, que, agregados à natureza, são responsáveis pelo processo imediato do trabalho, segundo características técnicas e organizacionais que permitem produção de uma massa. Os últimos, por sua vez, referem-se à capacidade proporcionada pelo poder econômico, político e social das firmas, instituições e pessoas para movimentar, distribuir e circular a massa produzida.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana, zitoandrade@gmail.com

² Geógrafa e Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, konsandrade@gmail.com

O espaço geográfico é uma totalidade que consubstancia as mudanças socioespaciais resultantes da infundável (des) construção do espaço e que expressa materialmente a dialética triádica sociedade-técnica-natureza, transmitida e replicada por sucessivas gerações através da Cultura.

Para Michael Storper (1997), o espaço geográfico é engendrado pelo entrelaçamento de múltiplas manifestações e fenômenos sociais, produtores de singularidades coerentes, contínuas e estáveis. Sua objetivação se dá através da análise sistemática, que considera os elementos individuais singulares regionalmente localizados, e da análise integradora, que sintetiza os múltiplos fenômenos presentes no espaço, identifica a combinação específica dos fatores espaciais e enfatiza as desigualdades resultantes das relações global-local, determinadas pelas constantes tensões entre dinâmicas que, ocultas nos processos de globalização-fragmentação, são fomentadas pelos avanços tecnológicos.

Rogério Haesbaert (1999) aponta para a necessidade de um referencial teórico do espaço que permita:

- a) contemplar as especificidades regionais resultantes das interações entre os processos antagônicos que ocorrem em escalas diferenciadas,
- b) integrar o complexo e o particular, e
- c) investigar as especificidades regionais frente à uniformização globalizadora.

Isso resulta na revalorização de novos regionalismos, identidades, desigualdades e singularidades regionais.

Fundamentada em novas escalas e novas formas de diversidade territorial, a investigação do espaço deve considerar o contexto da globalização, os homens como agentes, a aceleração presente nas ações, a lentidão inerente às estruturas e, finalmente, os lugares como contextos construídos globalmente (lugares-mundo) e consumidos localmente (lugares-tribo).

A compreensão dos fenômenos espaciais, da diversidade e dos conflitos originados por diferentes intencionalidades evidenciadas pelas decisões e respectivas repercussões, que demandam investigações multidisciplinares, fundamenta-se nas noções de: a) escala; b) regime; c) rotura que sinaliza crises e transição para um outro período; e a d) uma periodização, que permita a (re) definição de conceitos e a empiricização efetiva do tempo e do espaço e que possibilite um olhar objetivo para o passado e um vislumbre prospectivo do futuro, a fim de desvendar possíveis tendências e intervenções necessárias para se alcançar um resultado esperado.

As articulações internas e externas aos diversos subespaços (empresarial, institucional, público) repercutem nos processos de urbanização e de repartição do território, sendo evidenciadas na distribuição espacial do capital fixo.

A unificação técnico-organizacional incrementa o uso do capital e a interdependência os quais ocasionam a diversificação, a dispersão geográfica e a complexificação dos objetos técnicos. Isso se deve às inúmeras intermediações, ao uso de técnicas estranhas ao grupo social e à unificação do comando (econômico e institucional), que provocam a evolução dos sistemas de engenharia, isto é, do conjunto de fixos. O resultado dessa evolução é a ocorrência de mudanças nas relações entre capital e trabalho, na estrutura profissional e na percepção humana do tempo.

Fritjof Capra (2004) pontua que na década de 1960 as estruturas sociopolíticas passaram a se basear no paradigma social holístico que concebe o mundo como totalidade decorrente da interação de todos os fenômenos, indivíduos e sociedades nos processos cíclicos da natureza, segundo o único padrão organizativo que é compartilhado por todos os sistemas vivos: a rede.

Apoiadas nos meios de transporte e na telemática, as redes ultrapassam fronteiras territoriais, facilitando os fluxos de conhecimentos e de inovações e acirrando a competitividade que – juntamente com o desenvolvimento industrial, o capitalismo corporativo, os conhecimentos instrumentalizados e regulatórios característicos do atual período técnico-científico-informacional – cria um meio que independe das modernizações engendradas externamente.

Apontando para a emergência da “inteligência coletiva”, a virtualização do espaço, a desmaterialização dos territórios e a redução das distâncias, as redes são seletivas e excludentes e operam em parcelas do espaço mais interessantes ao capital. Paradoxalmente, as redes fazem emergir singularidades e características identitárias que, ao definirem os lugares, aceleram o processo de glocalização que as articula ao sistema-Mundo, no sentido empregado por Jacques Lévy (2006).

Segundo Santos (2000), tais mudanças expõem contradições e fabulações presentes nos atual período dominado pela globalização hegemônica e aponta para diversas possibilidades de superação, uma das quais é o Período Popular da História, portador e reflexo de lógicas e valores diferentes. Esta transição paradigmática, já em andamento, é evidenciada pela presença de circuitos inferior e superior nas economias mais desenvolvidas, pelo processo de urbanização acelerada e pelos crescentes movimentos migratórios endocontinentais e transcontinentais. O referido período caracteriza-se pelo predomínio da resistência inerente aos processos espaciais de diferenciação, fragmentação e isolamento. Recortes espaciais marcados por horizontalidades, conhecimentos tácitos, complexos e emancipatórios, caracterizam-se pela lentidão e pelo senso comum. A percepção temporal é o “tempo local” dos homens lentos (os “de baixo”), da sociedade civil organizada. As ênfases neste período estão na cooperação, na emoção, na convivência, reciprocidade, alteridade e solidariedade. As políticas e ações ocorrem no nível local, sendo endógenas, enfatizando-se o poder local e o empoderamento dos agentes sociais. Logo, lugar é a principal categoria de análise, uma vez que é “o espaço da resistência”. Desta forma as redes predominantes na escala local são as redes sociais que propiciam os contatos face-a-face e a co-presença. O processo territorial predominante é o de territorialização fortalecido pela cultura popular.

Lastreado no conceito de redes, este artigo procura refletir a respeito de como, na atual transição paradigmática entre os períodos “técnico-científico-informacional” e o “popular da História”, o lugar se articula com o sistema-Mundo.

Trata-se de uma revisão bibliográfica de autores que apresentam diferentes matizes teóricas que está segmentada em três seções, além desta. Na próxima seção, conceituam-se as redes como formas geográficas dotadas de intencionalidades e que, funcionalmente adaptadas ao capitalismo globalizado, facilitam a interatividade comunicacional. Na seção seguinte assume-se que o lugar, enquanto espaço “vivido” e “sentido”, marcado pelos contatos face-a-face, é a instância adequada à ocorrência dos embates contra os processos globalizantes. Finalmente, à

guisa de conclusão, são apresentadas as principais características da atual transição paradigmática.

2. REDES ENQUANTO FORMAS ESPACIAIS

Leila Christina Dias (2007) ressalta que, substituindo estruturas hierárquicas e tornando-se formas efetivas de organização dos processos (sociais, transacionais, econômicos, políticos, urbanos e técnicos) que configuram os espaços contemporâneos, as redes são linhas que conectam diferentes pontos ou lugares mais ou menos distantes e se caracterizam pela instabilidade temporal e mobilidade espacial que refletem a crescente complexidade inerente às interações. São construções sociais que expressam e definem as escalas das ações humanas e sociais nos processos conflituosos ampliando-nas na escala global.

A rede é uma realidade material, social e política. É toda infra-estrutura que, inscrita sobre um dado espaço, forma uma estrutura aberta, flexível, dinâmica e multifacetada, um conjunto de *nós* interconectados por laços pelos quais ocorrem fluxos e trocas que estabelecem a comunicação cultural, ao compartilharem códigos de comunicação através de tecnologias informacionais. São, para Manuel Castells (2002), instrumentos de poder a serviço dos processos de globalização e formas reatualizadas de inovações técnicas que geram uma nova base material, ao imporem mudanças decorrentes de novos canais de diversidade que favorecem a expansão da organização social, abrangendo totalmente a “sociedade em rede”, caracterizada pela seqüência automática e aleatória de eventos oriundos da lógica incontrolável dos mercados, da tecnologia, da ordem geográfica ou da determinação biológica, no contexto do capitalismo globalizado. Quando hegemônicas, marginalizam, ameaçam e excluem povos e países periféricos.

Claude Raffestin (1980) ressalta que as redes materializam as relações de poder, pois incluem pessoas, mensagens e valores que as freqüentam, como lembra Santos (1996), constituindo um espaço deliberadamente construído para suprir os desafios impostos pela produção em suas formas materiais ou imateriais, através da ativação de novos pontos e linhas que formam redes-suporte que oportunizam fluxos informacionais.

As redes são formas-conteúdo dotadas de intencionalidades que definem os valores e objetivos coletivamente compartilhados, interconectando ações, projetos, pactos, normas de conduta e padrões estabelecidos coletivamente. Isso facilita a interatividade comunicativa e a reestruturação espacial dos territórios.

Do ponto de vista metodológico, Santos (1996) recomenda que a investigação das redes leve em conta as alterações morfotécnicas ocorridas em diferentes momentos. Ao mesmo tempo, deve-se considerá-las como dado da realidade atual, o que pressupõe a investigação estatística das técnicas e das relações entre os elementos da rede e o cotidiano. Isso implica conhecer a idade “mundial”, a longevidade, as interações dos objetos técnicos externos à área considerada, as formas de controle e de regulação, bem como as medidas de proximidade baseadas nas similitudes tecnológicas e geográficas.

Interações entre corporações e seus *stakeholders* geograficamente dispersos permitem a construção de bases de informação e de projetos. Alianças estratégicas, compartilhamento de conhecimentos, cooperação técnica, autorias conjuntas, interligações nos conselhos administrativos das firmas, mobilidade dos cargos e comunicação eletrônica são os meios pelos

quais, através das redes de conhecimento, incrementam-se a capacidade inovadora e a competitividade dos diferentes espaços, como nos aponta Georges Benko (1999).

3. O LUGAR, ESPAÇO DA CO-PRESENÇA

Configuradoras das relações entre sociedade e espaço, as informações alteram a localização e a urbanização, ao formatarem um ambiente que gera inovações que se difundem espacialmente provocando mudanças socioespaciais.

O meio técnico-científico-informacional, enquanto principal facilitador do processo de mundialização dos fenômenos locais vinculados à diferenciação, sustentado pelos avanços científicos e tecnológicos que criam objetos técnicos os quais determinam novos relacionamentos ao afetarem os circuitos globais articulados. Este meio ao anular distâncias físicas e facilitar a dispersão da produção gera oportunidades e cria ambientes que se caracterizam pela mutabilidade informacional e pelos conhecimentos codificados permitindo que o capital selecione ou exclua determinados espaços (SANTOS, 1996).

Difundida pelas especificidades presentes no mundo globalizado e síntese das múltiplas dimensões do espaço geográfico, a diversidade territorial é produzida pelo espaço “vivido” e “sentido”, pelas identidades territoriais nos circuitos econômicos do capitalismo globalizado, através das dinâmicas inerentes à diferenciação cultural originada por processos sociais de hibridização, (des) construção e polarização que provocam o desenraizamento globalizador, vinculando o lugar e o Mundo.

Incorporando conteúdo sócio-espacial específico, o lugar é espaço culturalmente significativo, formado pela fusão de diferentes fenômenos sociais e espaciais, um cenário físico da atividade social, situado geograficamente e moldado por influências sociais muitas vezes distantes dele, adquirindo vantagens específicas através das propriedades comportamentais e das formas de comunicação multidimensional que compõem as singularidades.

Para Doreen Massey (2000), os lugares são dinâmicos, estão em contínua transformação, dispensando fronteiras demarcatórias e, apesar de suas características identitárias, nem sempre únicas, estão cheios de conflitos internos, com suas singularidades continuamente reproduzidas, em decorrência das interações com a história acumulada e a história imaginada. Daí o motivo pelo qual, segundo Akhil Gupta e James Ferguson (2000), o processo de construção sociopolítica do espaço – lugares ou territórios – deve sempre ser considerado.

Storper e Venables (2004) salientam que conhecimentos interativos, interredes, eficiências clássicas e informações são forças que provocam a aglomeração de imigrantes, pessoas em trânsito, encontros, congressos, sedes de empresas multinacionais em centros urbanos caracterizados por novas formas organizativas, proximidade geográfica e problemas complexos que são solucionados pela co-presença e pelos contatos face-a-face. Esses últimos melhoram a qualidade das informações, dos indivíduos e dos relacionamentos, uma vez que facilitam: a escolha de parceiros, a formação de redes sociais e profissionais, a redução dos riscos e dos custos de transação, além de transformarem informações codificáveis em conhecimentos tácitos, cuja aplicação depende do nível educacional dos parceiros e dos contextos nos quais estão inseridos, o que envolve processos de socialização e de aprendizagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fenômenos espaciais, sociais e econômicos são inseparáveis. Isso nos leva a questionar como podem os processos de inovação tecnológica e da geração e difusão dos conhecimentos alterar a visão do mundo, da sociedade e do espaço geográfico?

Enquadrado no processo civilizatório capitalista, que secundariza o ser humano, sujeitando-o à permanente alienação e “fetichização” computacional, o atual período técnico-científico-informacional é marcado pelo acelerado ritmo das descobertas científicas, cujas aplicações conduzem à crescente flexibilização do trabalho, à individualização dos recursos humanos, à segmentação das estruturas sociais e às transformações tecnológicas que se impõem sobre a cultura, a mídia, a vida urbana, a política global e a natureza do tempo, fazendo com que informações sobrepujem a solidariedade e a racionalidade.

Novos conhecimentos e inovações tecnológicas alteram os fenômenos socioespaciais, pois, ao agirem globalmente e interligarem vastas porções do planeta, as inovações informacionais transformam a comunicação, o trabalho, a aprendizagem e a maneira como o homem percebe a si mesmo e a seu entorno.

Engendrando dinâmicas globais, as redes telemáticas são formas geográficas especializadas na transmissão de conhecimentos codificados e adequadas ao contexto e estruturas presentes no avassalador, hegemônico e competitivo processo de globalização capitalista, o que afeta singularmente o cotidiano das pessoas. Suas iniquidades são contrapostas pela “força do lugar” e por ações locais que reagem às forças atuantes no sistema-Mundo e que entrelaçam, de maneira inédita, os destinos da Humanidade e do Planeta.

Entretanto, os contatos face-a-face e a co-presença criam e difundem conhecimentos tácitos e complexos, através dos processos de fragmentação e de ressignificação que configuram os lugares que, através da singularização e da diferenciação, resistem à globalização.

Desiludido quanto à capacidade de os excluídos e explorados imporem mudanças na sociedade contemporânea, Néstor García Canclini (1995) acredita que a solidariedade só pode ser justificada caso se disponha de uma certa emancipação ou da vontade de que ela, juntamente com a renovação do real, faça parte da vida social.

Milton Santos (1996, 2000, 2004) sugere que a presença dos circuitos superior e inferior nas economias desenvolvidas, dos movimentos migratórios inter e transcontinentais e do acelerado processo de urbanização constitui evidências de uma transição paradigmática. Nessa transição, o período “técnico-científico-informacional”, marcado pela globalização hegemônica e competitiva, tem sido paulatinamente suplantado pelo período “popular”, construído pelos “homens lentos” (“os de baixo”), principais atores e agentes de transformação do espaço geográfico.

Trata-se de um período marcado pelo conhecimento emancipatório, fundado nos valores e práticas da convivência, solidariedade, cooperação, reciprocidade, alteridade, pela valorização do tempo, do lugar, da co-presença, dos contatos face-a-face, das rugosidades, da contigüidade, do senso comum, da ética, do compartilhamento da escassez e da emoção. Isso implica o reconhecimento, na ressignificação e no respeito pelo outro.

Mudanças dessa magnitude não podem (e não devem) ser impedidas no curto prazo...

REFERÊNCIAS

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede: a era da informação**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DIAS, Leila Christina. "Os sentidos da rede: notas para discussão". In: Dias, Leila Christina e Silveira Rogério Leandro de (orgs.) **Redes, Sociedades e Territórios** (pp. 11-28). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da "cultura": espaço, identidade e política da diferença. ARANTES, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia**. Ano 1, no. 1, p. 15-32. Rio de Janeiro: UFF, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Hacia el cibernatropo**. Barcelona: Gedisa, 1980.

LÉVY, Jacques. Geografía y Mundialización. In HIERNAUX, D. LINDON A. (dir) **Tratado de Geografía Humana**. México: Antropos; UAM, 2006, pp. 272-302.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. ARANTES, Antonio A. (org.) **O espaço da diferença** (org.) Campinas: Papirus, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie du pouvoir**. Paris: LITEC, 1980.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

_____. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo. Edusp. 2004.

_____. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **GeoTextos**, Salvador: MGEO-UFBA, vol.1, n.1, pp. 139-151, 2005.

STORPER, M. *The Regional World*. New York: Guilford, 1997.

STORPER, M.; VENABLES, A. J. *Buzz: The contact face-to-face and the urban economy*. In *Journal of Economic Geography*, 4 (2004), pp.351-370.